



# GUIA DE NORMALIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES: UM APOIO À PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA INSTITUCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PUBLICATION STANDARDS MANUAL: SUPPORT TO OFFICIAL PUBLISHING IN  
THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE

Najla Bastos de Melo, Superior Tribunal de Justiça - najlam@stj.jus.br  
Rafaella Carine Monterei, Superior Tribunal de Justiça - rcarine@stj.jus.br  
Tatiana Barroso de Albuquerque Lins, Superior Tribunal de Justiça - lins@stj.jus.br

## Eixo 13 - Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas

### INTRODUÇÃO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vivenciou um grande crescimento em todos os seus serviços desde sua criação pela Constituição Federal de 1988. O STJ, que tem por missão uniformizar a interpretação da legislação federal e oferecer justiça ágil e cidadã<sup>1</sup>, julgou mais de 560 mil processos em 2021 batendo pelo segundo ano consecutivo a meta do Conselho Nacional de Justiça<sup>2</sup> mesmo em um ano de pandemia.

O STJ conta hoje com 3095 servidores efetivos, 33 Ministros e a produção bibliográfica do Tribunal acompanha o seu crescimento. A cada ano, são produzidas publicações com vistas à comunicação com os cidadãos e produção de conhecimento tais como monografias, revistas, materiais para capacitação além literatura cinzenta.

São algumas das publicações do STJ:

Revista do Superior Tribunal de Justiça

Revista de Estudos Jurídicos do Superior Tribunal de Justiça: REJuriSTJ

ReJuB: Revista Judicial Brasileira

Plano Estratégico 2021 / 2026 do STJ

<sup>1</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Plano estratégico STJ 2021-2026: de mãos dadas: magistratura e cidadania. Brasília: STJ, Secretaria de Gestão Estratégica, 2021. p. 16.

<sup>2</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Relatório de gestão do exercício de 2021. Brasília: STJ, Secretaria do Tribunal, 2021. p. 66



Jurisprudência em Teses

Bibliografias Seleccionadas

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ Nesse cenário de intensa produção bibliográfica, a biblioteca elaborou o Guia de Normalização Bibliográfica. Esse trabalho objetiva abordar o processo de elaboração do Guia e sua relevância para os usuários e para a própria biblioteca.

## **EDUCAÇÃO COORPORATIVA**

A educação corporativa é uma das fontes geradoras de publicações do Tribunal. A capacitação dos servidores é feita por meio do Centro de Formação e Gestão Judiciária (CEFJ) que promove cursos em EAD, presenciais, híbridos, palestras, grupos de estudos, podcasts, cine debates entre outros. O CEFJ também celebra convênios com outras instituições para a oferta de cursos de especialização e mestrado como é o caso do Mestrado Profissional em Direito, Regulação e Políticas Públicas, promovido pela Universidade de Brasília, gerando assim produção científica de autoria de servidores e magistrados. O CEFJ possui um repositório digital na Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do STJ, o Banco de Saberes da Educação Corporativa (BEDUC) que conta hoje com 767 publicações.

## **A ELABORAÇÃO DO GUIA**

A fim de colaborar com o cenário de produção de informação e conhecimento, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva elaborou o Guia de Normalização de Publicações do STJ para orientar o emprego dos padrões de normalização bibliográfica no âmbito do Tribunal. O guia contempla a normalização de livros, folhetos, trabalhos acadêmicos, relatórios técnicos, publicações periódicas e artigos de periódicos.

A Biblioteca não possui um setor destinado somente para fazer a normalização de publicações. Ao longo do tempo, a Seção de Processos Técnicos elaborava fichas catalográficas, referências bibliográficas e solicitava, junto ao IBICT e Biblioteca Nacional, a emissão de ISBN e ISSN. Quando se necessitava fazer a normalização completa de uma obra, era feito um mutirão com bibliotecários de todos os setores sob a coordenação do bibliotecário mais experiente na atividade.



Com o aumento significativo de publicações no Tribunal, tanto as de caráter oficial quanto as oriundas de monografias e artigos de cursos de capacitação oferecidos pelo CEFOR, restou clara a necessidade de se criar um Guia de Normalização em linguagem clara e acessível. Outra necessidade percebida, foi a de elaborar e publicar um normativo disciplinando as solicitações de normalização e atribuindo responsabilidades.

Os bibliotecários do processamento técnico foram os responsáveis pela elaboração do Guia. As principais fontes de pesquisa foram as normas da ABNT e o Guia para Editoração das Publicações Oficiais Brasileiras da Presidência da República.

As seguintes edições vigentes das normas da ABNT foram abordadas:<sup>3</sup>

#### NORMAS DA ABNT

- a) ABNT NBR 6021 (2015) – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação;
- b) ABNT NBR 6022 (2018) – Artigo científico – Apresentação;
- c) ABNT NBR 6023 (2018) – Referências – Elaboração;
- d) ABNT NBR 6024 (2012) – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação;
- e) ABNT NBR 6027 (2012) – Sumário – Apresentação;
- f) ABNT NBR 6028 (2021) – Resumo – Apresentação;
- g) ABNT NBR 6029 (2006) – Livros e folhetos – Apresentação;
- h) ABNT NBR 6034 (2004) – Índice – Apresentação;
- i) ABNT NBR 10520 (2002) – Citações em documentos – Apresentação;
- j) ABNT NBR 10719 (2015) – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação;
- k) ABNT NBR 14724 (2011) – Trabalhos acadêmicos – Apresentação;
- l) Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2);
- m) Normas de Apresentação Tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>3</sup> Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Guia de normalização de publicações do STJ. Brasília: STJ, Secretaria de Documentação, 2021. p. 17.



## O GUIA

Foi estabelecido que o Guia deveria contar com uma variedade de exemplos e que fossem aplicáveis à área jurídica e institucional, o que demandou muita pesquisa por parte da equipe de bibliotecários. O próprio Guia, em sua normalização, precisaria estar bem estruturado para ser ele mesmo um exemplo a se seguir, de forma que um dos maiores trabalhos da equipe foi o de conferir vez após vez se o Guia aplicava as diretrizes que sugeria.

Seguem algumas figuras com excertos do Guia:

Figura 1 – capa do guia de normalização



Figura 2 – parte do sumário do guia

5.6.2.5	Instruções editoriais para os autores	65
5.6.2.7	Índice	66
<b>6</b>	<b>ARTIGOS CIENTÍFICOS</b>	<b>67</b>
6.1	ELEMENTOS PRÉ TEXTUAIS	68
6.1.1	Título	68
6.1.2	Autor	69
6.1.3	Resumo	69
6.1.4	Datas de submissão e aprovação	71
6.1.5	Identificação e disponibilidade	71
6.2	ELEMENTOS TEXTUAIS	71
6.3	ELEMENTOS DE APOIO TEXTUAL	71
6.4	ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	71
6.4.1	Referências	72
6.4.2	Glossário	72
6.4.3	Apêndice	72
6.4.4	Anexo	72
6.4.5	Agradecimentos	73
6.5	REGRAS GERAIS	73
6.5.1	Formatação	73
6.5.2	Seções	73
6.5.3	Citações e notas	73
6.5.4	Sigla	73
6.5.5	Equações e fórmulas	74
6.5.6	Ilustrações	74
6.5.7	Tabelas	74
<b>7</b>	<b>NUMERAÇÃO PROGRESSIVA DAS SEÇÕES</b>	<b>75</b>
<b>8</b>	<b>CITAÇÕES</b>	<b>77</b>
8.1	CITAÇÃO DIRETA	77
8.2	CITAÇÃO INDIRETA	78
8.3	CITAÇÃO DE CITAÇÃO	78
8.4	LOCALIZAÇÃO DAS CITAÇÕES	79
8.5	SISTEMA DE CHAMADAS	79
8.5.1	Sistema numérico	81
8.5.2	Sistema autor data	81
8.6	REGRAS DE APRESENTAÇÃO	83

Figura 3 – Figura indicativa de partes do artigo do guia

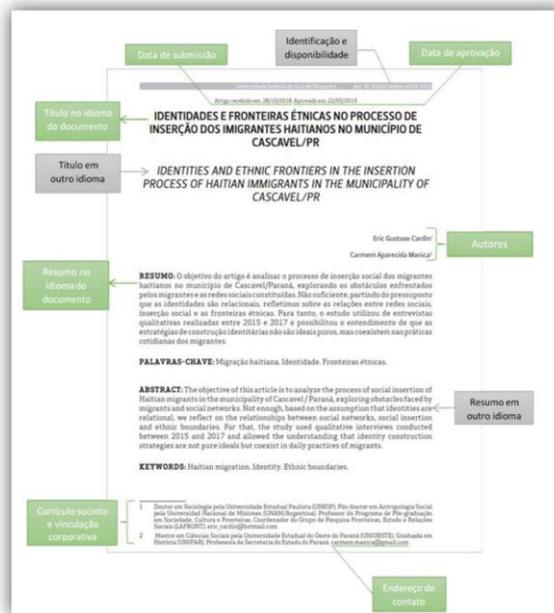


Figura 4 – Exemplo de uso do sistema de chamadas das citações

8.5 SISTEMA DE CHAMADAS

As citações devem ser indicadas no texto por um sistema de chamada que pode ser numérico ou autor-data. Após escolher um dos métodos, este deve ser usado de forma padronizada em todo o trabalho.

Quando os nomes dos autores ou instituições estiverem inseridos no texto, indica-se a data entre parênteses. No caso de citação direta, o número da página também deve ser adicionado.

Exemplos:

O ato ilícito que nasce da perda de uma chance "se concretiza quando o autor do dano, por sua ação ou omissão, causa uma obstrução na continuidade do exercício de uma chance de enriquecimento lícito que a vítima possuía [...]". (ROCHA, 2019, p. 36)

Segundo Corrêa e Petchesky (1996) a expressão direitos reprodutivos é recente, ganhando notoriedade a partir de 1984, no I Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado na Holanda. Seu conteúdo, porém, é mais antigo: "a ideia de que as mulheres devem ser particularmente capazes de 'decidir se, quando e como querem ter seus filhos' teve origem nos movimentos feministas de controle de natalidade que se desenvolveram principalmente entre os socialistas ingleses por volta de 1830" (CORRÊA; PETCHESKY, 1996, p. 151).

## O NORMATIVO

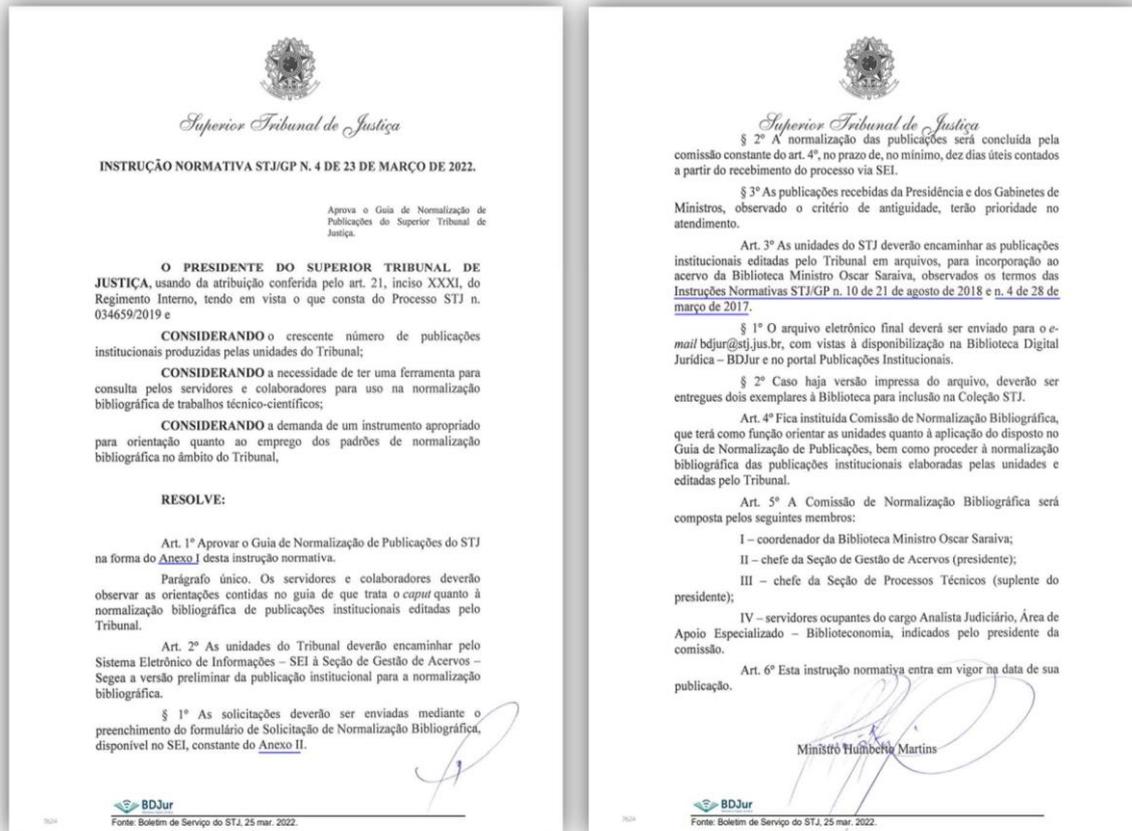
A Instrução Normativa STJ/GP n. 4 de 23 de março de 2022 aprovou o Guia de Normalização de Publicações do STJ e constituiu a Comissão de Normalização Bibliográfica, disciplinando as regras para envio das publicações a serem normalizadas pela equipe de bibliotecários. A Biblioteca foi designada responsável por



normalizar as publicações institucionais e todas as unidades do Tribunal a observar as orientações contidas no Guia no momento da elaboração das publicações. O Guia também é uma publicação de consulta para os servidores, colaboradores e público em geral e está disponível para consulta na BDJur.



Figura 5 – Instrução normativa



## CONCLUSÃO

O STJ, Tribunal da Cidadania, está atento a sua função para cumprir a Agenda 2030 da ONU. Publicações bem organizadas e de livre acesso contribuem para a efetivação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de qualidade e do 16 – Paz, justiça e instituições eficazes para todos. A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva se soma nessa missão consciente da sua atuação na promoção de acesso ao conhecimento e em sua organização.

O Guia de Normalização de Publicações do STJ veio suprir uma necessidade de grande demanda do Tribunal. Conhecimento ofertado de acordo com as normas técnicas confere credibilidade e facilita o intercâmbio de informações. A oferta do Guia e a publicação do normativo incluíram a Biblioteca entre os artífices da produção de obras oficiais o que fortalece sua importância na instituição.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Guia de normalização de publicações do STJ. Brasília: STJ, Secretaria de Documentação: Brasília. 2021. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/162731>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Plano estratégico STJ 2021-2026: de mãos dadas: magistratura e cidadania. Brasília: STJ, Secretaria de Gestão Estratégica. 2021. Disponível em: [https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/Institucional/Gestaoestrategica/Planejamento-estrategico/planoEstrategico\\_2021\\_2026.pdf](https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/Institucional/Gestaoestrategica/Planejamento-estrategico/planoEstrategico_2021_2026.pdf). Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Relatório de gestão do exercício de 2021. Brasília: STJ, Secretaria do Tribunal: Brasília. 2021. Disponível em: [https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/relatorio\\_gestao\\_2021.pdf](https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/relatorio_gestao_2021.pdf). Acesso em: 21 jul. 2022.